

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Ministra cobra Estados e municípios em reforma 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Mudança pode reduzir litígios, diz Barroso 5

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

Tramitação na Câmara tem fôlego renovado 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Split payment e responsabilidade civil das instituições de pagamento (Artigo) 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa que vende aos EUA vai ter prazo maior paratributoe crédito acelerado 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP 1.303/25 conflita com tratados internacionais - OPINIÃO JURÍDICA 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad e motta confiantes na aprovação da isenção de IR 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente e relator avaliam impacto da CPI do INSS 14

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Combate a privilégios e Estado mais eficiente são pontos de convergência para proposta
..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e serviços de streaming: entenda as mudanças que estão por vir (Artigo)
..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório da tributária será votado dia 17, diz Braga 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto da Reforma Administrativa tem o desafio de superar resistências históricas
..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Braga acerta cronograma para tributária 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Motta diz que aprovará texto do IR que não trará perdas à arrecadação 25

Quinta-Feira, 28 de Agosto de 2025

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Oposição investe no tumulto (Artigo) 26

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

Barroso defende maior controle sobre as verbas indenizatórias 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A escalada contra o Fed (Editorial) 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Galípolo reafirma política monetária mais restritiva 30

Ministra cobra Estados e municípios em reforma

LAVÍNIA KAUCZ VICTOR OHANA BRASÍLIA

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse ver com "bons olhos" o foco da reforma administrativa de aumentar a eficiência, mas destacou que "não adianta reestruturação do Estado no âmbito federal sem participação de Estados e municípios". Segundo ela, dos 7 milhões de estatutários, só 500 mil estão no Executivo.

As declarações foram feitas ontem, em evento do Grupo Globo, em Brasília.

Ela também disse que a estabilidade dos **servidores públicos** foi pensada como "proteção ao Estado" e não pode ser usada como proteção "ao mau servidor". "A estabilidade é essencial à proteção do Estado, mas vinculada à avaliação de desempenho", afirmou.

A ministra destacou o diálogo do governo com o grupo de trabalho (GT) da reforma administrativa no Congresso, conduzido pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). "A gente tem foco em três grandes eixos: pessoas, digital e organizações.

Uma das coisas interessantes no nosso diálogo é que o GT aproveitou muitas coisas que fizemos no âmbito federal para nacionalizar, o que para nós é muito importante." A ministra disse que o governo está refinando as propostas do Congresso para a reforma administrativa e, depois que for alcançado o texto concreto, buscará a aprovação de medidas de "convergências e estruturantes" no Congresso ainda neste semestre. Ela reforçou que o Executivo está unido com o Legislativo no objetivo de combater privilégios.

BONIFICAÇÃO. Esther Dweck disse que o governo não tem condições hoje para pagar bonificação aos **servidores públicos** - proposta prevista no texto da reforma administrativa no Congresso -, mas defendeu a lógica de punição ou gratificação para melhorar o desempenho.

"No Executivo, a gente fez o contrário: quem não cumpre o plano de trabalho (a gente) reduz salário", afirmou. "O que entendo é que teria a bonificação diferenciada. É preciso ter uma avaliação coletiva e outra individual para definir quem terá mais ou menos

bonificação.

Hoje eu não tenho condições de dar uma 14.^a folha porque vamos enviar o Orçamento na sexta-feira (amanhã), e estamos no limite do teto." Esther Dweck disse que a proposta de bonificação para **servidores públicos** deve considerar o contexto e as desigualdades regionais. Ela disse ver com preocupação a criação de metas, por exemplo, para uma escola em uma região violenta que tenha metade das aulas canceladas. "Como dizer que aquela escola teve um mau desempenho?" No mesmo evento, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que a reforma administrativa é prioridade da Casa para o segundo semestre. "No que depender da presidência (da Câmara), vamos dar total prioridade a essa tramitação." Segundo Motta, o objetivo da Casa não é fazer uma reforma administrativa perseguindo o servidor público. Por isso não será considerada a PEC 32, que previa o fim da estabilidade na carreira. Mas ele ponderou que a reforma não vai "agradar a todos". "É claro que não vamos fazer uma reforma administrativa agradando a todos.

Para rever eficiência do Estado é preciso tomar uma medida que desagrade um ou outro." **CONVERGÊNCIA.** O deputado Pedro Paulo disse que a tabela remuneratória padronizada é uma convergência entre Congresso e Executivo. "O que nos unifica é a tabela remuneratória unificada e padronizada.

O que o IVA foi para a **reforma tributária**, a tabela unificada vai ser para a reforma administrativa", afirmou.

De acordo com ele, a tabela "ataca o coração das desigualdades do serviço público, organiza o sistema de salários para efetivamente valorizar o servidor, rever as carreiras e questões salariais".

Ele disse que há "muito mais pontos de convergência do que divergência" com representantes do Judiciário sobre a reforma.

Um dos pontos de concordância é sobre a revisão das férias de 60 dias. "Não encontrei ainda uma discussão no Judiciário de alto nível que seja contra alinhar 30 dias de férias como todos os trabalhadores do setor público e privado." A disciplina das verbas

indenizatórias é um ponto que leva a mais divergências, segundo ele. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudança pode reduzir litígios, diz Barroso

LAVÍNIA KAUCZ VICTOR OHANA BRASÍLIA

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal, disse que há uma elevada litigiosidade contra o poder público no Brasil, e que as ações envolvendo **servidores públicos** encabeçam esses processos. De acordo com ele, "uma legislação unificada e muito objetiva tem o potencial de diminuir essa imensa litigiosidade".

As declarações foram feitas em evento do grupo Globo, ontem, em Brasília.

Um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que 90% das ações contra o poder público envolvem **servidores públicos** e questões tributárias, previdenciárias, de saúde e trabalhistas. "Servidor público encabeça a lista porque a legislação é um emaranhado de normas e você tem centenas de milhares de ações pedindo equiparação, adicional de tempo de serviço", observou.

O ministro disse que teve uma "chance de passar os olhos" na nova proposta de reforma administrativa feita pela comissão designada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), e conduzida pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Ele lembrou que houve "reforma que não deu certo", que foi a reforma administrativa aprovada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

"Não produziu nenhum resultado significativo no resultado do serviço público e na qualidade do gasto", disse.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tramitação na Câmara tem fôlego renovado

Diante da disposição do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) de aprová-la até o fim do ano, a reforma administrativa tem avançado na Câmara dos Deputados com fôlego renovado. Com o novo texto em finalização no grupo de trabalho, coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), Motta convocou uma "comissão geral" para o dia 3 de setembro, na qual se promoverá um amplo debate no plenário sobre a proposta.

"O Estado brasileiro não está funcionando na velocidade da sociedade", criticou Motta, em publicação nas redes sociais na segunda-feira (25), quando anunciou o debate sobre a reforma administrativa. A "comissão geral" é uma audiência pública realizada no plenário da Câmara, com a participação de autoridades e especialistas favoráveis e contrários ao projeto, a fim de aprofundar a discussão sobre o tema.

Nos bastidores, a percepção de aliados e deputados governistas é de que Hugo Motta atua para transformar a reforma administrativa em legado de sua gestão, assim como seu antecessor no cargo, Arthur Lira (PP-AL), deixou como trunfo a aprovação da reforma tributária, que tramitou por décadas no Congresso.

O principal desafio é construir ambiente político para votar uma matéria com esse grau de complexidade numa conjuntura desfavorável, tensionada pelo julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e pela cobrança da bancada bolsonarista para votação da anistia aos envolvidos na trama golpista. Em paralelo, haverá forte resistência dos servidores e atuação de "lobbies" contra o projeto.

No fim de maio, o presidente criou um grupo de trabalho para discutir a reforma e elaborar um novo texto, em substituição à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, enviada ao Congresso no começo de 2020, na gestão Bolsonaro. O objetivo mais conhecido daquela iniciativa era eliminar a estabilidade do servidor público e, assim, abrir caminho para uma redução de despesas na área. Mas ela enfrentou críticas, por exemplo, de quem argumentava que a estabilidade é importante para evitar perseguição política de funcionários públicos.

No entanto, o debate sobre o tema voltou a se intensificar recentemente na sociedade, diante das crescentes preocupações com a trajetória das contas públicas e a necessidade de modernização do Estado. Especialistas defendem, por exemplo, uma melhoria

do RH do setor público para que seja implementado um sistema de avaliação de desempenho efetivo.

Na semana passada, Pedro Paulo adiantou à imprensa alguns dos mais de 70 pontos do texto da reforma administrativa, que ainda não foi levado a público. Um dos itens que convergem com propostas do governo é o fim das férias de 60 dias, que beneficiam uma parcela pequena dos servidores: cerca de 30 mil pessoas (ou 03%) em um universo de 12 milhões.

O relator da reforma também propõe limitar os salários iniciais à metade do que pode ser alcançado no fim da carreira; a criação de tabelas de remuneração para todos os cargos de cada um dos três Poderes; a definição de limites para as verbas indenizatórias; a regulamentação dos contratos temporários. Ele ainda sugere que os chefes de governo nas três esferas públicas tenham até 180 dias após a posse para apresentar plano de metas para os quatro anos de mandato.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188314?page=1§ion=1>

Split payment e responsabilidade civil das instituições de pagamento (Artigo)

O split payment é um dos temas da **Reforma Tributária** que, mesmo antes de regulamentação plena e sem prazo de implementação, já gera insegurança entre contribuintes e, especialmente, instituições de pagamento.

Isso porque a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a **Reforma Tributária** em nível constitucional, passou a prever a possibilidade de o recolhimento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) ocorrer na liquidação financeira da operação.

Essa sistemática, prevista para regulamentação por lei complementar, foi detalhada pela Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu também o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo.

Em linhas gerais, o split payment é um método automatizado de arrecadação dos novos **tributos** em operações pagas por meios digitais (Pix, transferências, boletos etc.), permitindo que o valor chegue ao fornecedor já líquido dos **tributos**.

Diferentemente do sistema atual, em que a apuração e o recolhimento são mensais e feitos diretamente pelos contribuintes, geralmente instrumentalizados por documento de arrecadação gerados diretamente nos sítios eletrônicos dos entes tributantes, o novo modelo prevê recolhimento transação a transação, ainda que a apuração continue mensal, de acordo com a norma complementar.

Em que pese a nova metodologia trazer um potencial de modernização no sistema de arrecadação, na prática há diversos pontos de atenção. Um deles é sobre a quem será atribuída a complexa responsabilidade de processar, apurar, recolher e distribuir os pagamentos aos respectivos destinatários (órgãos gestores dos **tributos** e fornecedores).

De acordo com a LC 214/2025, caberá aos prestadores de serviços de pagamento eletrônico e às instituições operadoras de sistemas de pagamento (meios de pagamento) a segregação e recolhimento do IBS e da CBS ao Comitê Gestor do IBS e à **Receita Federal do Brasil**, respectivamente.

Além dessas atribuições, a Lei Complementar também delega aos meios de pagamento a obrigação de

coletar as informações das transações, que serão disponibilizadas pelos fornecedores, conforme regulamentação específica. Com base nestas informações, os meios de pagamento deverão consultar os sistemas da Receita e do Comitê Gestor do IBS sobre os valores a serem segregados e recolhidos (que, em tese, já serão a diferença entre os débitos e os créditos incidentes na operação).

Sem aprofundarmos nos prementes efeitos tributários e financeiros que a nova sistemática de recolhimento poderá causar (possíveis impactos no fluxo de caixa do fornecedor pela antecipação dos **tributos** e eventual descasamento entre os débitos e créditos apurados no split payment e a apuração do contribuinte, por exemplo), os meios de pagamento já contam com uma elevada carga de preocupações.

Além de os meios de pagamento serem instados a absorver a demanda operacional e sistêmica necessária para implementação do split payment, outros desdobramentos podem vir à tona quando o sistema estiver em operação, tais como a segurança dos dados fiscais dos contribuintes e a responsabilização, na esfera cível, por eventuais danos causados por instabilidades nos sistemas operacionais, como atraso no processamento dos pagamentos, recolhimento indevido ou a maior dos **tributos**, ou mesmo a sua ausência, por exemplo.

Destaque-se que, ao fim e ao cabo, os meios de pagamento prestarão mais um serviço ao longo da cadeia de pagamento, notadamente a retenção dos **tributos**. Logo, se assim o é, poderá ser aventada a possibilidade da aplicação da legislação consumerista em caso de erro na realização do split payment, atraindo, entre outros, a sua responsabilização independente de culpa.

Ainda que o tema careça de regulamentação, vislumbramos que, em caso de não realização do split payment, o meio de pagamento poderá ficar exposto às consequências da mora do fornecedor (multa e juros), mas não ao valor dos **tributos** (principal), notadamente pelo fato desse não ser legalmente o responsável tributário da obrigação.

Como a breve análise deste recorte demonstra, o período de transição da **Reforma Tributária** exigirá reflexão, adaptação e envolvimento de todo o meio

empresarial e seus efeitos extrapolarão as esferas fiscais e tributárias, abrangendo efeitos cíveis e consumeristas.

Ana Helena Silva Lavigne de Souza

Advogada tributária no escritório Gaia Silva Gaede Advogados

Théo Meneguci Boscoli É sócio no escritório Gaia Silva Gaede Advogados

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/08/28/all.pdf>

Empresa que vende aos EUA vai ter prazo maior para tributos e crédito acelerado

As empresas afetadas pelo tari-faço de 50% imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros terão prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários, que são usados pelas companhias para abater **impostos** e contribuições devidas. Além disso, essas empresas tiveram os prazos de vencimento de **tributos** federais e de prestações relacionadas à dívida ativa da União prorrogados.

As medidas de alívio fiscal constam em portaria publicada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e fazem parte do plano Brasil Soberano, regulamentado pelo governo na semana passada com linhas de créditos e outras ações para socorrer as exportadoras afetadas pela medida imposta pelo presidente americano, Donald Trump.

De acordo com o texto, a prioridade na análise valerá para os pedidos de créditos tributários já transmitidos ao fisco, por meio do Programa de Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (Per/Dcomp), e os que vierem a serem solicitados no prazo de até seis meses da publicação da portaria, o que aconteceu na última sexta-feira (22). Esse prazo pode ainda ser prorrogado por igual período, por ato da Secretaria Especial da **Receita Federal**. Também valerá somente para **tributos** administrados pela Receita.

A medida beneficiará empresas privadas exportadoras de bens que, entre julho de 2024 e junho de 2025, tiveram no mínimo 5% do faturamento total no período proveniente de exportações de itens sujeitos às tarifas adicionais. Microempreendedores Individuais (MEI) e produtores rurais com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) também podem ser beneficiados.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ainda vai publicar uma tabela indicando pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) quais são os produtos afetados pela alíquota de 50% imposta pelos Estados Unidos, o que será essencial para que as empresas verifiquem se atingem ao critério de no mínimo 5%.

A portaria publicada na última sexta prevê, ainda, a prorrogação dos prazos de quitação de **tributos** federais e das prestações de parcelamentos e transações tributárias feitas com a Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional (PGFN) ou com a **Receita Federal**. De acordo com o normativo, os vencimentos de agosto deste ano foram prorrogados para o último dia útil de outubro, e os que vencem em setembro podem ser recolhidos até o último dia útil de novembro. O diferimento também valerá somente para as empresas afetadas pelo tarifaço.

No caso do diferimento, a medida não tem impacto fiscal no ano, porque o recolhimento acontecerá ainda em 2025. Representa, apenas, uma forma de alívio momentâneo no pagamento de **tributos** nos dois primeiros meses que o tarifaço estará em vigor.

A Fazenda diz que a previsão de prioridade para restituição de créditos tributários também não terá impacto fiscal. "Não houve alteração nas regras para aprovar a restituição", afirma a pasta, em nota enviada ao Valor.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, explica que a medida não deve mesmo ter impacto fiscal, pois se trata apenas de uma mudança na ordem de prioridade. "O principal efeito deve ser temporal - um uso mais concentrado nesses primeiros meses e menor no ano que vem", afirma.

Ele destaca que a priorização prevista na portaria tem seus efeitos combinados com o aumento do percentual de restituição de **tributos** federais via Reintegra, programa que permite que companhias que exportam seus produtos recebam de volta integralmente ou uma parte dos **tributos** pagos à União, a fim de estimular a exportação.

"Ou seja, você permite um volume maior de crédito tributário

"Medida de priorizaré legítima para dar conforto para as empresas" Priscila Faricelli via elevação do Reintegra] e, ao mesmo tempo, dá prioridade para o uso desse crédito. Claro que não se restringe apenas a essa fonte de créditos tributários, mas esses devem ser os mais significados nesse momento", explica.

Tributaristas ouvidos pela reportagem têm dúvidas sobre como esse "fura fila" vai funcionar e se outras empresas que pedem compensações poderão ser prejudicadas, o que, defendem, não deveria acontecer. O Ministério da Fazenda nega que haverá prejuízo às

empresas não abrangidas pela portaria.

"A medida de priorizaré legítima para dar conforto para as empresas, mas é um ato normativo que fala que não vai respeitar a ordem cronológica", destaca a advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest. Para ela, é uma medida legítima do poder público, que sabe que tem muito pedido de compensação de crédito tributário parado para análise, mas a advogada aponta que a preferência na análise pode incentivar a judicialização por empresas que não são contempladas e que, pela ordem cronológica dos pedidos, vão se sentir prejudicadas.

Faricelli lembra que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que prevalece a ordem cronológica para ressarcimento por parte do poder público para particular. O tema foi julgado em caso sobre devolução de créditos reconhecidos judicialmente, indicando que deve ser por precatório e não por pedido de restituição administrativa. "O Judiciário vem respeitando a ordem dos precatórios", afirmou.

Segundo o Ministério da Fazenda, em relação às empresas não afetadas pelo tarifaço, não é correto dizer que elas serão prejudicadas pela priorização, pois "a concessão da restituição para um não implica em não restituição para outro". "Seguiremos analisando todos os casos, para fazer a restituição daquilo que é devido", afirma a pasta em nota.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1§ion=1)**

MP 1.303/25 conflita com tratados internacionais - OPINIÃO JURÍDICA

Fabiola Keramidas

Fabiola Keramidas é socia da Keramidas Advocacia, ex-conselheira do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**

A Medida Provisória nº 1.303/2025, publicada em 11 de junho, representa muito mais do que uma simples alteração normativa; sinaliza mais uma mudança no regime de tributação sobre investimentos financeiros e aplicações no exterior que acabou de ser fortemente alterado pela Lei nº 14.754/23. Quem milita na área e investe no exterior sabe o furacão que assolou nos últimos anos os investidores brasileiros que possuem dinheiro no exterior de forma legalizada.

A legislação de 2023, em razão do princípio da anterioridade, surtiu efeitos apenas no ano-base de 2024, refletindo na declaração de Imposto de Renda de 2025, que foi entregue pelos brasileiros no último 31 de maio. Isto é, os brasileiros mal se acostumaram às mudanças e o governo veio com novas alterações por meio de medida provisória. A completa ausência de segurança jurídica e previsibilidade compromete diretamente o planejamento dos cidadãos, abalando não só a confiança nas instituições, mas também a própria credibilidade da economia como um todo de maneira mais ampla.

As alterações perpetradas pela Lei nº 14.754/23 já representaram um aumento expressivo na arrecadação, porém, mais do que isso, modificaram estruturalmente todo o sistema de investimentos no estrangeiro, não apenas em relação às alíquotas, mas também a forma de cálculo do tributo, o momento do pagamento, da declaração, a possibilidade de compensação. O trabalho foi realizado de forma precisa pela Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil** (RFB), vinculada ao Ministério da Economia, órgão que atua diretamente na análise técnica e elaboração da **legislação tributária** federal. Foi um trabalho criterioso, feito atenciosamente por profissionais que se preocuparam em consultar a sociedade e os técnicos do direito, tendo a legislação sido ajustada inúmeras vezes para que fosse não apenas arrecadatória, mas refletisse efetiva mudança no sistema e na forma de se relacionar com a tributação de investimentos no exterior.

Alterações assim têm sentido, são necessárias,

estudadas, consideram o sistema em sua plenitude, evitam distorções e até facilitam, no fim das contas, não apenas a fiscalização, mas também a prestação de contas do contribuinte. É claro que as primeiras temporadas de alteração são de adequação e ajustes para os envolvidos em todos os lados. É preciso que todos os contribuintes e a fiscalização se acostumem com as várias mudanças, com as obrigações acessórias, a nova forma de apresentação, as alterações no programa de Imposto de Renda, ou seja, tudo que vem nesse pacote de maneira completa.

Entretanto, antes mesmo de a sociedade assimilar a alteração de 2023, uma nova é imposta, desta vez sem qualquer justificativa para além de aumentar a arrecadação. Esse comportamento faz cair por terra todo aquele trabalho minucioso conduzido outrora.

A MP 1.303/25 fez diversas alterações que potencialmente serão conflitantes com o sistema recém implementado. Isso porque de fato não há uma preocupação técnica, mas unicamente arrecadatória. Para citar um exemplo simples, o artigo 58 da MP 1.303/25 alterou o artigo 2o da Lei nº 14.754/23, simplesmente para alterar a alíquota, passando de 15% para 17,5% o imposto que o investidor no estrangeiro deverá recolher ao Brasil, sobre seus rendimentos no exterior. Pode parecer algo singelo, mas essa simples alteração é extremamente relevante para muitos contribuintes que já fazem recolhimentos de **impostos** altos em outros países. E não estamos falando apenas de países ditos "paraísos fiscais", mas sim de países que possuem tratados assinados com o Brasil e que são aplicados e respeitados há muito tempo, há anos.

É que em todos os tratados internacionais e até mesmo no acordo de reciprocidade com os Estados Unidos existe uma limitação para o aproveitamento de **tributos** pagos no exterior; não podem ser compensados mais do que 15% dos valores pagos. Isto é, se há um recolhimento de 30% de imposto para dito país (o que ocorre em alguns investimentos na Suíça e Estados Unidos por exemplo), o contribuinte pode utilizar para compensar no Brasil apenas o valor referente a metade desse pagamento (ou seja, 15%), porque esse é o valor do tributo no Brasil. A MP 1.303/25, de uma tacada só, atinge todos os tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação da renda. Para adequar esse aumento de carga fiscal,

seria necessário alterar individualmente cada tratado, o que certamente levará anos-se é que em algum momento será efetuado-porque, em uma primeira análise, demandaria repactuar com todos os países que possuem tratados. Quais os resultados que podemos enxergar dessa medida? Aumento de carga tributária para o investidor(lembrando que ele nem se acostumou ainda com as novas regras e novos sistemas) e a evidente bitributação de receitas, além da total desconfiança do investidor no país, que altera suas regras a todo momento e, agora, sem critério aparentemente. Claro que é preciso esperar para observar se essa medida provisória se mantém para poder mensurar exatamente o prejuízo que ela vai acarretar.

Considerando essa inconstância normativa fiscal dos últimos tempos no Brasil - o que pode ser representado pelas recentes alterações no IOF, que envolveram o Executivo, Legislativo e judiciário em um mesmo assunto, uma novela de idas e vindas no aumento da tributação-e a extrema carência de harmonia entre os poderes da República, a aposta é na manutenção da medida provisória como está, consolidando um cenário de incertezas institucionais.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250828>

Haddad e motta confiantes na aprovação da isenção de IR

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que está confiante na aprovação do Projeto de lei 1087/25, do governo federal, que concede isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e garante compensação financeira a partir da tributação dos super-ricos. Ele se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para debater projetos de interesse da equipe econômica.

"Falamos sobre compensação financeira, e o próprio Hugo Motta disse, antes do encontro, que o relatório do deputado Arthur Lira (PP-AL) chega a plenário com muita força, porque foi aprovado por unanimidade", declarou o ministro a jornalistas. "O apoio à taxação dos super-ricos é maior do que a isenção, porque a sensação é que há muita injustiça no Brasil, e os super-ricos precisam contribuir com uma justa parte. O presidente ficou de marcar reunião com a Fazenda e os líderes, e eu senti firmeza [na aprovação do texto]", disse.

Haddad afirmou ainda que há diversos projetos maduros para votação e que apenas alguns ajustes precisam ser feitos nos textos. Ele citou o projeto dos acionistas minoritários, a regulamentação da inteligência artificial e outros que tratam da atração de investimentos e da melhoria no ambiente de negócios no país.

A expectativa otimista de Haddad foi confirmada por Hugo Motta. Ele afirmou que o texto da comissão especial que debateu a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil chega forte ao plenário para ser aprovado. Na avaliação de Motta, as compensações foram bem debatidas e a proposta da comissão deve ser mantida. Ele deu a declaração durante evento empresarial.

"A escolha do [ex-presidente Lira [como relator] demonstra que colocamos alguém com interlocução com a Casa e que dialoga bem com os partidos da base aliada e da oposição. Os trabalhos cumpriram os requisitos do debate, e a aprovação por unanimidade demonstra que o trabalho foi bem feito", afirmou Motta.

Segundo ele, as iniciativas para mudanças no texto serão analisadas com responsabilidade. "Claro que teremos emendas e destaques que queiram mudar algo, mas, pela construção feita, entendo que o texto

da comissão possa vir a ser mantido. Temos que aguardar, a política é dinâmica, é uma Casa plural, mas vamos enfrentar os destaques e as iniciativas para aumentar a bondade do pacote, mas a Câmara vai ter responsabilidade", ressaltou.

Sobre a escolha de um parlamentar da oposição para comandar a CPMI que vai investigar os descontos ilegais nos benefícios do **INSS**, Motta disse que houve falha pontual do governo, mas não haverá prejuízo para outras pautas, como a isenção do IR.

"O governo não acompanhou essa ausência de parlamentares e facilitou que a oposição pudesse eleger o presidente. Querer trazer esse cenário pontual da CPMI para um cenário de evitar e diminuir os danos da política tarifária é exagero. É pessimista dizer que as medidas não prosperarão no Congresso. É importante lembrar que Senado e Câmara aprovaram a lei da reciprocidade econômica por unanimidade nas duas Casas", lembrou Motta. "Entendo que todo brasileiro que exerce a função parlamentar tem que ter compromisso com o Brasil, e temos que estar alinhados aos Poderes Executivo e Judiciário", completou.

Motta afirmou ainda que vai dar total prioridade à Medida Provisória 1309/25 para garantir respostas legislativas. Segundo ele, o texto traz abertura de crédito e diversas formas para socorrer setores impactados pelo tarifaço imposto pelos EUA sobre produtos brasileiros. Disse que os setores afetados têm apenas o poder público para se apoiar nas circunstâncias do momento.

Para Motta, o governo demonstra interesse em dialogar, mas não tem visto o mesmo interesse por parte dos EUA. Ele disse ainda que Trump desrespeita as regras da Organização Mundial do Comércio (oMC) e a solução é manter o diálogo.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login>

Presidente e relator avaliam impacto da CPI do INSS

Escolhidos para comandar a comissão contrariando o governo, senador e deputado prometem um trabalho técnico e são cautelosos em relação a ouvir Frei Chico, irmão de Lula que é vice-presidente de um sindicato citado em relatório da CGU

0 GOVERNO QUERIA POUCA VISIBILIDADE, MAS TERÁ DESGASTES

IRMÃO DE LULA SERÁ CONVOCADO SE FOR NECESSÁRIO

Sua presença na presidência da CPI do **INSS** representa uma vitória da oposição.

Como impedir que o colegiado se torne só uma disputa entre governo e opositoristas sobre quando as fraudes começaram?

Meu nome era o único de centro que poderia ter votos dos dois lados. A derrota do governo não é por mim. Eles queriam uma Comissão Parlamentar com pouca visibilidade e transparência. A população já dizia que a CPI não daria em nada. Queremos uma investigação séria, sem ideologia, focada nos fatos. Tudo depende da cabeça de quem está comandando, é isso o que mostra a minha experiência em CPIs. Começamos bem com consenso nos requerimentos, no plano de trabalho. Na quinta-feira (hoje) ouviremos os primeiros funcionários do **INSS**, e na segunda que vem o advogado que fez as denúncias.

0 Palácio do Planalto teme os efeitos da CPI. O senhor conduzirá a comissão para atender a oposição e desgastar o governo?

Os desgastes para o governo surgirão. Foi no governo Lula que o escândalo foi descoberto. Mas também teremos desgastes para o governo Bolsonaro com a convocação de ministros dele. É do jogo do Parlamento.

A base tenta evitara convocação de Frei Chico, irmão do presidente Lula e vice-presidente de um sindicato. Ele será chamado?

Eu e o relator temos uma definição de que só convocaremos quem estiver ligado a fatos. Se tivermos a comprovação de que ele tem qualquer envolvimento com fraudes, será convocado e pouco

importa se é irmão do presidente. Mas não faremos isso por motivação política, para agradar a oposição.

Governistas procuraram o senhor com algum pedido específico, como não convocar o irmão do presidente?

Conversei com a (ministra) Gleisi (Hoffmann) e os senadores Randolfe (Rodrigues) e Jaques Wagner. Os três só me pediram previsibilidade e uma agenda que permita articulações. Este compromisso está assumido.

0 plano de trabalho engloba os governos Dilma Rousseff, Michel **Temer**, Jair Bolsonaro e Lula. Haverá proporcionalidade entre os convocados?

Todos os ministros da Previdência serão convidados. Quem foi superintendente está convocado. Terão que explicar o que fizeram para evitar as fraudes. Com isso já temos três ou quatro meses de trabalho. Daí, partimos com as investigações. A CPI está começando do zero, precisamos ter o nosso arcabouço de provas. Nesta quarta-feira (ontem), vou pedir ao ministro André Mendonça (do STF) o compartilhamento dos inquéritos da Polícia Federal. Desta forma, não precisaríamos voltar em algumas frentes, além de confrontar nos depoimentos com as investigações da PF.

Nomes fortes alinhados ao governo, como os senadores OmarAzizeRenanCalheiros já saíram da CPI. Em que medida isso fortalece a oposição?

Muda pouco, se eles forem substituídos por governistas.

0 senhor faz oposição ao presidente Lula. Vai usar a relatoria da CPI para atacar o governo?

Vou atacar os bandidos que meteram a mão no dinheiro dos aposentados, pensionistas e no crédito consignado. De qual cor partidária serão, não sei antecipar. O trabalho será sério e técnico. O governo e a oposição que façam sua propaganda fora da relatoria. Sou de oposição e de direita. Mas buscarei os fatos com independência. Vamos atrás das evidências, e elas indicarão os responsáveis. A comissão parlamentar tem 64 membros. Todos poderão investigar, não só o relator.

ACPI vai convocar Frei Chico, irmão de Lula e vice-presidente de um sindicato citado em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU)?

Não podemos ter perseguidos nem protegidos. Se for necessário, deve ser convocado, como qualquer outro. Eu mesmo, antes de ser relator, meu primeiro requerimento foi pela convocação (de Frei Chico). Agora vou seguir um rito. Qual foi a escolha? Neste primeiro momento, as associações todas terão seus presidentes chamados. É a lógica.

A base do governo fala em convocar o ex-presidente Jair Bolsonaro. Isso vai acontecer?

Não vejo problema nenhum, desde que o critério seja igual para todos os demais ex-presidentes que estiveram com a gestão sob investigação. Se vai convocar Bolsonaro, convoca Dilma, **Temer** e Lula. Não há por que convocar um e não convocar os demais.

O senhor vai visitar Bolsonaro em prisão domiciliar?

Tenho admiração e gostaria de vê-lo presidente novamente, embora não saiba se será possível, mas não concordo 100% na abrangência das idéias. Antes de eu assumir a relatoria, cheguei a receber convite para visitá-lo. Eu disse que seria uma satisfação. Com indicação, hoje eu comuniquei que não é um momento conveniente.

Deputados classificam o senhor como integrante da ala bolsonarista do União Brasil. Concorda com essa definição?

Sou de direita. Não sei bem o que significa ser bolsonarista, mas pode dizer que eu sou. Não me incomoda. Eu não me elegi pelos braços de Bolsonaro, mas não me incomoda em absolutamente nada ser classificado como bolsonarista.

O governo já o procurou pedindo moderação?

Não. Sou de primeiro mandato, tenho poucos contatos políticos. Sou duro na criminalidade, mas não vou causar qualquer tipo de dificuldade. Governo e oposição podem ficar tranquilos. Meu trabalho será técnico.

Já existem investigações sobre as fraudes no **INSS** em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF), e a Polícia Federal tem uma série de meios para aprofundar as apurações. O que a CPI pode fazer a mais?

ACPI terá acesso a dados e poderá avançar em outras frentes, corroborando as investigações existentes. Já

recebemos muitas informações que confrontaremos com documentos e depoimentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Combate a privilégios e Estado mais eficiente são pontos de convergência para proposta

Ao debater os caminhos e os desafios da reforma administrativa, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e o coordenador do grupo de trabalho sobre o tema na Câmara, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), demonstraram convergência sobre algumas das linhas gerais da proposta, como combater privilégios e tornar o Estado mais eficiente. O parlamentar disse que a reforma é ambiciosa, mas sem um ganho fiscal expressivo, e cobrou apoio político do governo para o projeto avançar.

Relator do texto em construção, Pedro Paulo afirmou que a reforma ideal precisa alcançar os três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), e as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). "Ela tem que ser ambiciosa, não pode ser um arranhão", defendeu, ao participar de debate no evento Agenda Brasil, promovido pelo Valor, "O Globo" e CBN. "Não podemos ter a utopia de que a reforma vai fazer um baita ajuste fiscal", alertou.

O deputado fluminense acrescentou que a reforma não se viabilizará se não tiver "líderes políticos que a patrocinem". Ele disse ter a firme convicção de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dado apoio ("cn-forcement") à Câmara dos Deputados para que a discussão possa avançar, e ponderou que o ideal seria que um líder da base governista fosse autor da proposta, quando o texto for concluído, para atestar o envolvimento do Executivo com a matéria.

Nos bastidores, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), costurou o aval político de Lula à matéria, no contexto da cobrança do Legislativo para que o governo se comprometa com medidas de cortes de gastos e enxugamento da máquina pública. A crítica de deputados e senadores é de que o ajuste das contas tem se limitado ao aumento da arrecadação, com medidas até agora avalizadas pelo Legislativo. Dessa forma, Pedro Paulo, antes mesmo da conclusão do texto no colegiado, tem adiantado discussões com Esther Dweck.

Foi nesse cenário que a ministra afirmou, em sua participação no mesmo evento, que há pontos de consenso do Executivo com o relator na Câmara. "O governo está muito focado em combater privilégios, no

aumento da capacidade de entrega [do Estado]", e de melhorar a estrutura de trabalho dos senadores públicos, resumiu. Mas o governo aguarda o texto atualizado do parlamentar para poder fazer uma avaliação detalhada.

Alguns dos pontos mais sensíveis e recorrentes da reforma são algumas das prerrogativas do Poder Judiciário. Mas Pedro Paulo acredita que conseguiu vencer resistências, ao relatar que tem conversado, "quase diariamente, com lideranças da família forense", como autoridades do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele disse ter encontrado receptividade dessas autoridades quanto à padronização das férias de 30 dias, a fim de acabar com o privilégio de poucos do descanso remunerado de 60 dias. Outra meta é rever a chamada "aposentadoria compulsória", em que o servidor punido por alguma infração é exonerado, mas vai para casa com o salário integral. "Não pode ser um prêmio pelo malfeito", advertiu.

"Não podemos ter a utopia que reforma vai fazer um baita ajuste fiscal"

Pedro Paulo

Outro desafio no campo dos privilégios, segundo o relator, é disciplinar as verbas de caráter indenizatório, que chegam a proporcionar vencimentos na casa dos R\$ 100 mil, e que geram indignação na opinião pública. Pedro Paulo defendeu que é preciso estabelecer a verba que tem caráter episódico, e não repetitivo, avaliar a retroatividade do valor devido, e o volume do orçamento gasto com esses valores. "É preciso estabelecer um teto para elas [verbas] não consumirem todo o orçamento do órgão", ponderou.

Ainda sobre vencimentos que extrapolam o teto do funcionalismo, que corresponde aos salários dos ministros do STF (R\$ 46.366,19), Pedro Paulo lembrou que existem pelo menos 24 estatais não dependentes que não precisam respeitar essa regra. Entre elas, estão o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal. O relator está defendendo uma tabela clara e

padronizada de vencimentos.

Ainda em sintonia com o relator, a ministra ressaltou que a estabilidade do funcionalismo público "não pode ser uma proteção ao mau servidor". Ela salientou que o governo defende preservar a estabilidade do funcionário público, mas com aperfeiçoamento

"O governo está muito focado em combater privilégios"

Esther Dweck

das regras dessa prerrogativa, como a vinculação a uma avaliação de desempenho mais rigorosa.

"A parte [do grupo de trabalho] da avaliação de desempenho do servidor está muito em linha com a nossa, a progressão não pode ser só por tempo, a avaliação tem que ser um dos critérios, várias carreiras já têm isso", disse a ministra. Uma das propostas do relator é o fim da progressão de carreira por tempo de serviço, para que ocorra apenas pela avaliação individual do servidor. Segundo o parlamentar, essa regra já vigora na carreira do BNDES.

Outro debate diz respeito aos bônus de resultados. Para isso, a ministra ponderou que tem de ser observado o contexto em que se insere o órgão público. Ela citou o exemplo de escolas em áreas violentas, que têm aula só metade do ano em razão da atuação do tráfico ou de milícias. "Nesse caso, colocar a mesma meta em relação a outras escolas seria injusto", disse.

Em relação ao receio do governo federal de que despesas com bônus de Estados e municípios acabem recaindo para a União, o deputado argumentou que esses seriam desembolsos pontuais e teriam que respeitara Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A ministra e o relator também

Grupo de trabalho deve buscar texto "o mais consensual possível", afirma Fausto Junior

têm visões semelhantes sobre a necessidade de disciplinar os contratos temporários na administração pública, majoritaria-mente utilizados pelas gestões estaduais e municipais. O tema enfrenta resistência das associações de senadores, que veem essa questão como uma tentativa de "precarização" do funcionalismo, com suposto aumento da terceirização da força de trabalho.

Enquanto a reforma não é votada no Congresso, a ministra afirmou que o governo avançou em medidas infralegais, e citou como exemplo a criação da nova

carteira de identidade nacional. Acrescentou que com o novo concurso público unificado, que terá uma segunda edição neste ano, o governo já reduziu salários de entrada que eram muito elevados em algumas carreiras.

Em paralelo, a ministra disse que o governo se dedica à reestruturação de estatais, pensando no modelo de negócios. Mencionou a instituição do primeiro "fundo imobiliário", com patrimônio da União. Citou, por fim, que um grupo de trabalho do ministério está voltado à revisão e modernização da Lei Geral da Administração Pública, já que a norma que rege a administração pública remonta aos anos 60.

Também presente no painel, o

Proposta que tramitou no governo FHC não evoluiu, lembra Cláudio H. Santos

deputado federal Fausto Júnior (União-AM) destacou que o grupo de trabalho da reforma administrativa está representado por todos os partidos e bancadas da Câmara. Essa característica, segundo ele, facilitará a busca do texto "o mais consensual possível". Ele observou, também, que o colegiado concentra-se em garantir o direito adquirido dos servidores, e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do serviço público.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Cláudio Hamilton dos Santos, que também participou do evento, lembrou a reforma administrativa que tramitou no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas não avançou. Por exemplo, a discussão sobre avaliação de desempenho, considerada relevante, não evoluiu, e o dispositivo não foi regulamentado. O tema é uma das prioridades da proposta atual, e, segundo a ministra, o governo pode convergir com o relator nessa matéria.

Para o diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (An-bima) Carlos Takahashi, o mundo enfrenta um momento "bastante crítico, com efeitos globais" e que exige reformas para que o Brasil tenha "ganhos de competitividade e

eficiência". Em sua fala, na abertura do evento, ele afirmou que a reforma administrativa permitirá destravar a economia, ao gerar "um Estado eficiente que saiba usar seus gastos de forma adequada", e trará "grande benefício" no curto e no longo prazos.

"Reforma administrativa implica em geração de previsibilidade, confiança e credibilidade, fatores essenciais para que o mercado de capitais aloque os recursos necessários para trazer a contribuição do

setor privado para essa agenda de extrema relevância", declarou.

Na mesma linha do diretor da Anbima, o ex-deputado Rodrigo Maia, que está à frente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fm), também alertou para os ganhos no longo prazo da reforma. O ex-presidente da Câmara disse que é papel das instituições e do setor privado olhar para o futuro, para o desenho do que deve ser o Brasil para frente, e não se restringir apenas aos problemas do dia a dia. "O meu setor e outros deveriam se preocupar como se desenha marcos regulatórios para que a gente possa dar mais previsibilidade e segurança jurídica ao setor privado, e a reforma administrativa vem com esse aspecto", acrescentou.

Maia fez raciocínio semelhante ao de Pedro Paulo sobre impactos fiscais da reforma, afirmando que é equivocada a percepção de que as mudanças deveriam olhar apenas a redução de gastos públicos, porque há pouco para se cortar nessa frente. "O gasto público de pessoal vem caindo nos últimos anos, isso não é um problema", observou, na abertura do evento.

Ele argumentou que a atenção com a expansão das despesas públicas deve recair sobre outras áreas, como a **seguridade social**. E alertou que o Brasil não suporta o atual volume de contencioso e de precatórios. "A insegurança jurídica não pode beneficiar poucos que se apropriam do Estado", criticou.

Agenda Brasil é uma iniciativa conjunta dos jornais Valor e "O Globo" e rádio CBN, com o apoio de Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), e da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (FIN).

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1§ion=1)**

Reforma Tributária e serviços de streaming: entenda as mudanças que estão por vir (Artigo)

Em meio a frequentes conflitos de competência entre entes da Federação, disputas judiciais bilionárias e interpretações controversas de normas tributárias, a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) surge como medida de simplificação da tributação sobre o consumo no país.

Embora a reforma tenha esse objetivo, trará desafios de adaptação para setores específicos da economia - como o de streaming, hoje presente em grande parte dos lares brasileiros.

Não é de hoje que essas plataformas convivem com incertezas tributárias, sobretudo em modelos de download ou híbridos. O Superior Tribunal de Justiça define streaming como tecnologia que permite transmissão contínua de dados pela internet, sem download dos arquivos. Ainda assim, sua tributação foi alvo de disputas entre estados e municípios.

Em 2017, a Lei Complementar nº 157 incluiu na lista do ISS a disponibilização de conteúdos digitais sem cessão definitiva, abrangendo formalmente o streaming. No mesmo ano, porém, o Confaz editou o Convênio ICMS nº 106, que disciplinava a cobrança de ICMS sobre bens e mercadorias digitais transferidos eletronicamente, reacendendo a controvérsia. Em 2021, o STF declarou o convênio inconstitucional, firmando que o ICMS não incide sobre licenciamento ou cessão de uso de softwares e que o streaming não envolve circulação de mercadoria nem serviço de telecomunicação.

Com IBS e CBS, espera-se o fim desse conflito, já que tais **tributos** terão base ampla de incidência sobre operações onerosas, independentemente da natureza jurídica. Isso cria um marco mais claro para a tributação do setor.

É certo, porém, que a carga nominal tende a aumentar: ISS e PIS/Cofins (até 5% e 9,25%) serão substituídos por IBS e CBS, cuja alíquota mínima de referência é 26,5% (ainda em definição). Esse impacto, contudo, dependerá da não cumulatividade plena, que permitirá créditos sobre todas as aquisições tributadas - inclusive, direitos de exibição de

conteúdos -, somada a um novo sistema de ressarcimento. A depender da estrutura de custos de cada empresa, a carga efetiva poderá ser menor, mas não se descarta repasse ao consumidor, elevando preços de assinaturas.

Além disso, os prestadores de serviços enfrentarão desafios práticos. O primeiro é a definição do município competente para arrecadação. Hoje, o ISS é recolhido no local do prestador; com a reforma, valerá o princípio do destino: o imposto será devido onde está o usuário. Para tanto, a legislação exige ao menos dois critérios não conflitantes entre: endereço declarado, informações comerciais relevantes, cadastro do arranjo de pagamento e IP ou geolocalização. Assim, plataformas terão de atualizar cadastros e sistemas, o que pode gerar fricções na experiência do usuário e até incentivar migração para concorrentes.

Outro ponto é o acompanhamento das alíquotas municipais - mais de 5.000 -, exigindo parametrização adequada dos sistemas de arrecadação. Some-se a isso regras específicas para operações continuadas e a obrigatoriedade de emitir documento fiscal eletrônico para cada operação, sem previsão atual de simplificação como emissão globalizada por município ou período.

Diante disso, empresas de streaming devem avaliar desde já os impactos jurídicos e práticos da reforma em suas operações, revisando procedimentos de cadastro, fornecedores e para-metrização de sistemas de emissão e registro fiscal, de modo a se adaptarem em tempo hábil às mudanças que começam a valer em 2026.

Rafaela Canito

Sócia da equipe de tributação sobre consumo
escritório de advocacia Lefosse

Luiza Morett

Advogada da equipe de tributação sobre consumo do
escritório de advocacia Lefosse

Karen Coutinho

Counsel de direito público e regulação do escritório de
advocacia Lefosse

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/08/28/all.pdf>

Relatório da tributária será votado dia 17, diz Braga

I FLAVIA SAID/BRASÍLIA

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse ontem que vai entregar no dia 9 de setembro o relatório ao Projeto de Lei Complementar 108/2024, que regulamenta o Comitê Gestor do IBS e é o segundo projeto para definir as regras da **reforma tributária**.

Após agenda com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Braga disse que a leitura do relatório será no dia 10 de setembro e a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deverá ocorrer no dia 17.

O senador afirmou que haverá uma conversa com os técnicos da Câmara para que conheçam o texto. "Vamos ter conversa, obviamente, com o presidente (da Câmara) Hugo Motta, com o presidente (do Senado) Davi Alcolumbre, com o relator Mauro Benevides.

Agora, vamos fazer o trabalho político. O trabalho técnico está praticamente concluído", afirmou. Segundo ele, as últimas conversas com Haddad definiram os últimos pontos do texto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto da Reforma Administrativa tem o desafio de superar resistências históricas

BERNARDO LIMA

A busca pela máxima eficiência do setor público com o menor custo possível deve ser o objetivo da Reforma Administrativa, cujo projeto está previsto para ser votado neste semestre no Congresso. Mas o desafio é superar resistências históricas, tendências patrimonialistas e a pressão de grupos detentores de privilégios. A opinião é do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que abriu a segunda edição do Agenda Brasil, evento realizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico e a rádio CBN, que ontem discutiu a proposta de modernização da gestão nos três Poderes. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o relator do projeto, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), e a ministra da Gestão, Esther Dweck, também participaram do evento.

Motta afirmou que vem tratando a Reforma Administrativa como uma das prioridades de seu mandato à frente da Casa. Após criar um grupo de trabalho (GT) coordenado pelo deputado Pedro Paulo para formular uma proposta, cujo texto será apresentado nos próximos dias, o presidente da Câmara anunciou a formação de uma Comissão Geral para debater o tema na próxima semana.

Motta enfatizou ontem que "há muito tempo" o país precisa discutir a eficiência dos serviços públicos.

- Há um sentimento de que chegou a hora de o Congresso se posicionar por mais eficiência na prestação do serviço público. O GT procurou dialogar com a sociedade civil e nosso intuito nunca foi fazer uma reforma perseguindo o servidor público. É claro que não agradaremos a todos, mas ter um Estado mais eficiente e rever algo que não está dando o resultado que deveria estar dando é necessário - disse o presidente da Câmara dos Deputados em conversa com os jornalistas Thiago Bronzatto, coordenador da sucursal do GLOBO em Brasília, e Fernando Exman, que comanda a redação do Valor na capital federal.

OUTRAS REFORMAS

Barroso listou indicadores recentes da economia brasileira que ele considera positivos e citou a importância de outras reformas aprovadas nos últimos anos. Segundo ele, a da Previdência teve bons

resultados, mas "já, já precisaremos de outra por causa do envelhecimento da população". O presidente do STF avalia que a Reforma Trabalhista também foi positiva e favoreceu a redução do nível de desemprego, atualmente nos menores níveis históricos. Ele também se referiu à **Reforma Tributária**, "importantíssima, e que tem tudo para dar certo".

Porém, segundo o ministro -que citou suas experiências na gestão administrativa como presidente do TSE e do STF - as reformas administrativas implementadas nas últimas décadas não deram certo. Barroso avalia que a mais recente, do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997, "foi boa na concepção, mas não andou", apesar do esforço e do desgaste político sofrido pelo presidente à época.

- E difícil avançar nessa área, há muitas resistências culturais arraigadas, o patri-monialismo que não separa o público do privado, o uso do Estado servindo a interesses pessoais ou de grupos. É o que é preciso superar -disse Barroso.

Na avaliação do ministro do STF, é preciso avançar inclusive sobre privilégios históricos do Judiciário. Dirigindo-se aos envolvidos diretamente com o projeto da Reforma Administrativa, ele afirmou:

- Acho que o país precisa mesmo de um sacode nessa área administrativa. Vocês vão enfrentar estruturas seculares que vão oferecer resistência, mas a gente tem que começar em algum momento -disse Barroso no evento.

A ministra da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos, Esther Dweck, ressaltou que o governo Lula já vem implementando medidas no âmbito de uma modernização do Estado desde que assumiu no início de 2023. Segundo ela, a Reforma Administrativa é positiva porque também deverá uniformizar as regras envolvendo prefeituras e governos estaduais.

- A gente vê um avanço grande no debate, e acho que isso também é fruto do processo do Poder Executivo de tentar rediscutir o tema com outra visão. Nos primeiros anos, nos concentramos em muitas medidas infralegais -observou Dweck.

Para Carlos Takahashi, diretor da Ambima e

especializado em gestão pública, a Reforma Administrativa também é essencial para alavancar o potencial da economia brasileira, principalmente em um momento de instabilidade global como o atual, por causado tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a dezenas de países.

- O destravamento econômico através da Reforma Administrativa é essencial. Um Estado eficiente que consiga alocar seus gastos de forma adequada para trazer não somente o desenvolvimento, mas o que precisamos sob o aspecto econômico e empresarial mais amplo e trazendo à sociedade aquilo de que ela necessita - afirmou Takahashi no evento.

MAIA: NÃO É SOBRE CORTES

O ex-presidente da Câmara dos Deputados e atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (FIN), Rodrigo Maia, avalia que a reforma entra no contexto de medidas necessárias para evitar a insegurança jurídica sobre o setor produtivo e precisa visar, sobretudo, a melhoria na qualidade do gasto público e dos serviços. Maia enfatizou que o projeto não deve ter como objetivo principal a redução de despesas, mas o uso eficiente dos recursos para atender às necessidades da sociedade.

-No caso da Reforma Administrativa, o objetivo é que a sociedade brasileira volte a ser o principal objetivo do Estado. O Estado é uma atividade meio, para suprir serviços para cada um de nós, milhões de brasileiros, saúde, educação, transporte, esse certamente deve ser o objetivo -afirmou o presidente da FIN.

Já o deputado federal Fausto Jr. (União-AM), que integra o GT da Reforma Administrativa, disse que o Congresso trabalha para a aprovação ainda neste ano, "com a consciência dos parlamentares da importância da medida para modernizar a gestão pública".

-Um grande trabalho para a reforma tem sido feito. Agora, o nosso papel é expor isso para toda Casa para que a gente tenha força política para que isso seja aprovado ...] a gente sabe que pela complexidade que tem uma reforma da administração, mas, pela sua necessidade e urgência, nós trabalhamos com celeridade para aparar as arestas -afirmou o deputado Fausto Jr.

A série de debates Agenda Brasil é uma iniciativa de O GLOBO, Valor e CBN com o apoio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (FIN).

**

"É difícil avançar nessa área, há muitas resistências culturais arraigadas (...) é isso que é preciso superar"

Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

"Há um sentimento de que chegou a hora de o Congresso se posicionar por mais eficiência no serviço público"

Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Projeto da Reforma Administrativa tem o desafio de superar resistências históricas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Braga acerta cronograma para tributária

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) definiu, em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o cronograma para apresentação do parecer e votação do segundo projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** do consumo. Ficou acertado apresentação do relatório dia 9 de setembro e votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no dia 17 do mesmo mês.

"Entrego o relatório dia 9, leio no dia 10, com prazo de vista coletiva [mais tempo para análise]. Dia 17 esperamos votar na Comissão de Constituição e Justiça", afirmou Braga a jornalistas, após reunião com Haddad na quarta-feira (27) para fechar pontos pendentes. O cronograma foi antecipado pelo Valor.

"O trabalho técnico está praticamente concluído com essa conversa com o ministro Haddad", explicou o senador. Segundo o relator, os pontos de divergência já foram superados.

O Valor apurou que Braga e a Fazenda chegaram a um acordo sobre o mecanismo de cobrança das penalidades a infrações, um dos principais pontos pendentes de concordância entre as duas partes. Enquanto o Executivo defendia uma multa de caráter mediano com hipóteses de redução, o relator preferia uma multa menor com situações agravantes.

Segundo fontes a parda conversa, o senador teria concordado em manter um mecanismo de hipóteses redutoras, mas com um teto na multa.

"As discussões estão maduras e fizemos todos os ajustes para a garantir a segurança administrativa e jurídica do Comitê Gestor deste novo formato após a **reforma tributária**", disse Braga a jornalistas.

O projeto trata do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o futuro imposto sobre o consumo dos Estados e municípios, e também de questões administrativas do novo regime tributário.

Antes da apresentação do seu parecer, Braga e sua equipe vão finalizar o texto e apresentar a técnicos da Câmara dos Deputados e ao relator do projeto na Casa, deputado Mauro Benevides (FDT-CE). O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também deverá ser consultado. Isso porque o projeto já foi aprovado pela Câmara, mas como o Senado fará mudanças de mérito (conteúdo) na proposta, o texto precisará voltar para a análise final dos deputados.

"Agora vamos fazer o trabalho político", afirmou Braga.

Questionado se vê possibilidades de a matéria ser aprovada sem grandes empecilhos no Senado, o relator afirmou que sim. "Eu acredito que todos têm a consciência de que essa reforma não é uma reforma do governo, é uma reforma do país, cio Brasil", frisou. Sobre a data de votação em plenário, ele disse que a decisão cabe ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

A votação do projeto é considerada fundamental para assegurar que o novo sistema tributário esteja apto a iniciar sua fase de testes em janeiro de 2026. O texto, além do Comitê Gestor do IBS, trata sobre o processo administrativo tributário e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis c Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1§ion=1>

Motta diz que aprovará texto do IR que não trará perdas à arrecadação

Diante do risco de o Congresso Nacional aprovar uma nova "bomba fiscal", retirando as medidas compensatórias do projeto de lei que eleva o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para R\$ 5 mil, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), confirmou seu empenho em aprovar um texto que não trará ganhos nem perdas à arrecadação federal.

"O presidente Hugo reafirmou o compromisso com um projeto equilibrado do ponto de vista fiscal", disse na quarta-feira (27) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após reunir-se com Motta no início da tarde. "Isso é muito importante, porque não se trata só de isentar quem ganha menos, é também fazer aquele que ganha mais de R\$ 100 mil por mês contribuir com uma justa parte."

Não é a primeira vez que o Legislativo concorda em manter neutra uma proposta enviada pelo governo, lembrou o ministro. O mesmo ocorreu na **reforma tributária**.

Ficou acertado que a Fazenda vai se reunir com líderes partidários na semana que vem para esclarecer dúvidas sobre a reforma do IR. Na sequência, o texto deve ser encaminhado à votação em plenário. "Eu senti firmeza, senti que está tudo bem", disse o ministro.

"Antes desse encontro, [Motta] disse que o relatório do Lira chega com muita força no plenário, porque foi aprovado por unanimidade", completou o ministro. O deputado Arthur Lira (PP-AL) é o relator da reforma do IR e o texto, com as medidas compensatórias, já foi aprovado na comissão especial da Câmara. A declaração de Motta citada por Haddad foi feita no evento Agenda Brasil, promovido pelos jornais Valor e "O Globo" e pela rádio CBN.

O posicionamento de Motta reforçou uma avaliação que já era feita nos bastidores da área econômica, de que o texto do IR será aprovado "como está". A proposta eleva o limite de isenção do IR para R\$ 5 mil, honrando uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa mudança provoca perda de receita estimada em R\$ 25,8 bilhões no ano que vem. For isso, o mesmo texto traz compensações, como a taxa mínima de

10% das pessoas de alta renda e a incidência do imposto na distribuição de dividendos, inclusive os enviados ao exterior.

O relatório de Lira manteve as compensações, apesar das pressões em contrário. Ao mesmo tempo, elevou o limite de quem pagará imposto reduzido de R\$ 7 mil para R\$ 7.350,00. Ainda assim, a neutralidade da arrecadação foi mantida, pois havia uma "folga".

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, avaliou ser difícil o Congresso Nacional ficar contra o projeto, mas admitiu que, eventualmente, pode ocorrer a retirada da compensação, diante das especulações. "[Isso] Criaria dificuldade para manter escolas e hospitais, porque qualquer governo do mundo precisa de recursos para manter serviços públicos funcionando", comentou Rui Costa, em entrevista ao "Bom dia, ministro".

Ainda no encontro, Haddad e Motta trataram sobre outras propostas que estariam maduras para serem votadas no Congresso, como a que prevê medidas de proteção a acionistas minoritários, a que revisa a Lei de Falências e a que aborda a regulamentação da inteligência artificial, além da própria reforma do IR.

O projeto que trata sobre um novo regime aos data centers, chamado de Redata, pode ser enviado em breve e incorporado ao texto de trata de inteligência artificial, disse Haddad. "Tem uma agenda importante de atração de investimento, melhoria do ambiente de negócio, que pode ajudar [o país]", afirmou o ministro.

No encontro, não foi discutido o andamento do projeto de lei complementar que autoriza aportes financeiros em fundos garantidores fora das regras fiscais e modifica o programa Reintegra. Sem esses aportes, as empresas de menor porte dificilmente terão acesso aos empréstimos criados pelo governo para apoiar as exportadoras afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos. A intenção do governo é colocar à disposição as linhas e crédito no dia 15. A proposta não ainda não tem relator.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1§ion=1>

Oposição investe no tumulto (Artigo)

O projeto de lei sobre o Imposto de Renda, enviado pelo governo Lula da Silva ao Congresso em março, ficou muito distante daquilo que o País precisava para tornar o sistema tributário mais justo. Em vez de propor uma reforma estrutural para garantir que cada cidadão e empresa contribuam com o financiamento do Estado na proporção de seus rendimentos, o Executivo preferiu arrecadar mais no topo da pirâmide social para cumprir a promessa de campanha de isentar 10 milhões de brasileiros que ganham até R\$ 5 mil mensais.

A crítica à falta de ambição da proposta não é compartilhada apenas por este jornal. O próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que assina a exposição de motivos da proposta, re-

conhece, no documento, que ela cumpre um "papel paliativo temporário" para compensar a falta de progressividade do sistema tributário brasileiro enquanto não houver uma reforma estrutural que ataque distorções, privilégios e brechas do regime atual.

Isso fica ainda mais claro quando se consideram os dados do relatório da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, elaborado com base na Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) de 2022. Segundo o documento, a alíquota efetiva de **impostos** que incide sobre a alta renda foi de 4,2% para os cidadãos que correspondem ao 1% mais rico do País, e para o 0,01% mais rico ela foi ainda menor, de apenas 1,76%.

Como se vê, não faltam informações para subsidiar o Congresso a propor melhorias no sistema tributário por meio de uma reforma. Mesmo que o objetivo dos parlamentares fosse mais modesto, há maneiras de aprimorar o projeto enviado pelo governo, entre elas a redução da defasagem da tabela do Imposto de Renda e a criação de mais faixas de contribuição.

Mas a oposição no Congresso escolheu a pior das estratégias. Ciente dos louros eleitorais que o projeto pode render a Lula, parlamentares liderados por PL, PP e União Brasil planejam manter a benesse e retirar do texto todas as medidas que visam a compensar a perda de arrecadação, como a tributação mínima de 10% para quem tem renda anual acima de R\$ 1,2 milhão, incluindo lucros e dividendos distribuídos por empresas a pessoas físicas. A ideia, supostamente, é obrigar o governo a reduzir gastos para bancar a promessa eleitoral, cuja perda de arrecadação é

estimada em R\$ 25,84 bilhões no ano que vem.

A questão é que essa proposta atropela a legislação. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é clara: renúncia de receitas não pode ser compensada por corte de despesas. Deve, obrigatoriamente, estar atrelada a medidas que compensem a perda de arrecadação. Esse é o tipo de informação que parlamentares experientes - como é o caso do líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), e do líder do PP no Senado, Ciro Nogueira (PI), que teriam arquitetado esse plano - deveriam saber de cor.

Logo, se a ideia é suprimir as medidas compensatórias sem apresentar alternativas para arcar com a isenção e o desconto do Imposto de Renda, não é exagero concluir que a oposição pretende jogar uma bomba fiscal no colo do governo, ignorando que os estilhaços desse petardo atingirão em cheio a sociedade brasileira. Afinal, um déficit fiscal maior elevará o endividamento da União e levará a juros mais altos para todos.

Para piorar, a iniciativa só fortalece o discurso de Lula que opõe pobres e ricos, retomado após o imbróglio em torno do decreto presidencial que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), derrubado pelo Congresso e restaurado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Se a proposta da oposição prosperar, o governo ainda poderá culpar a oposição pelo rombo fiscal com o qual terá de arcar.

Não há como compreender a forma autodestrutiva com que a oposição tem atuado nos últimos meses. Parece mais preocupada em organizar motins na Câmara e no Senado e em tumultuar as votações no Legislativo até o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo STF do que em trabalhar pelo reequilíbrio fiscal e pela mitigação dos impactos do tarifaço norte-americano na economia brasileira. Lula da Silva agradece.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Barroso defende maior controle sobre as verbas indenizatórias

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, defendeu nesta quarta-feira (27) maior controle sobre as verbas indenizatórias do Judiciário, conhecidas como "pendurica-lhos". Também afirmou que muitos juizes usam os 60 dias de férias a que têm direito não como período de descanso, mas como benefício financeiro. Esses pontos serão abordados na proposta de reforma administrativa em elaboração pela Câmara dos Deputados.

"O país precisa mesmo de um sacode nessa área administrativa. Vocês vão enfrentar estruturas seculares que vão oferecer resistência, mas a gente tem que começar em algum momento", disse Barroso no evento Agenda Brasil, promovido por Valor, "O Globo" e CBN, em Brasília. Ele defendeu que a reforma tenha validade para todos os níveis de governo e os três Poderes.

A proposta da Câmara tem como relator o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), que participou de um painel sobre o tema no evento.

Em sua apresentação, Barroso afirmou que "o controle sobre as verbas indenizatórias é muito importante, necessário e imprescindível". Entram nessa categoria benefícios que vão desde auxílio-alimentação, auxílio-transporte e ajuda de custos com mudança até custeio de diárias em viagens a trabalho. Os benefícios são isentos de **impostos**.

Barroso destacou que inclusive já pediu pessoalmente a aprovação da mudança ao então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o objetivo de estabelecer um padrão nacional para os benefícios. "Só pode ter verbas indenizatórias aquelas que foram aprovadas pelo

Congresso brasileiro", disse.

Segundo o presidente do Supremo, a padronização facilitaria o controle dos pagamentos e reduziria os penduricalhos que elevam os salários acima do teto constitucional. A ideia do deputado Pedro Paulo é inserir na legislação uma definição mais fechada de o que seriam verbas indenizatórias pagas a **servidores públicos**.

"Daqui de Brasília eu não tenho poderes sobre o que

os Estados fazem. Tenho poderes sobre a magistratura federal, algum sobre o Supremo. No Supremo ninguém ganha além do teto", disse Barroso. "Portanto, ter um padrão nacional de quais são os benefícios admissíveis, além dos previstos, é muito importante."

Outro ponto abordado pela proposta da reforma administrativa da Câmara é o fim das férias de 60 dias, unificando a regra de 30 dias anuais de descanso para todos os servidores. Na visão de Barroso, o benefício acaba não sendo utilizado como lazer, mas sim pelo lado financeiro, uma vez que "praticamente nenhum juiz tira 60 dias de férias".

Os textos também vão incorporar

a proibição da aposentadoria compulsória como forma de punição a juizes e promotores. A ideia é permitir a demissão no Poder Judiciário por meio de processo administrativo disciplinar. Pelas regras atuais, juizes e membros do Ministério Público podem ter cargos vitalícios e só perdem o posto por sentença judicial transitada em julgado (quando não couber mais recursos).

A respeito disso Barroso afirmou que não tem "problema" com o fim da aposentadoria compulsória, mas defendeu a manutenção da aposentadoria proporcional.

"Os juizes, muitas vezes quando se comportam mal, apenas sofrem de aposentadoria compulsória. Ou seja, ele vai embora para casa e recebe proporcionalmente ao que contribuiu ao longo do tempo. Então, assim, não é um benefício. É um dinheiro que ele contribuiu com a que tem direito recebendo a aposentadoria proporcional", disse.

Já em relação ao trabalho remoto, a ideia de Pedro Paulo é limitar o modelo a um dia por semana. Exceções serão possíveis mediante justificativa. Barroso afirmou que se preocupa com uma "limitação muito rígida", dizendo que a escolha deveria ser individual de cada área e que os funcionários de seu gabinete têm aproveitado o modelo e apresentado resultados.

Outra iniciativa da reforma administrativa é fortalecer o Concurso Nacional Público Unificado (CNPNU), que

passaria a incluir vagas no funcionalismo de Estados e municípios. Barroso elogiou a iniciativa e citou o Exame Nacional da Magistratura, uma prova única criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como exemplo de algo que eliminou "rumores de coisas erradas que aconteceram nos concursos".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188314?page=1§ion=1)**

A escalada contra o Fed (Editorial)

No mais recente episódio de sua escalada contra o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), o presidente Donald Trump resolveu agora demitir, da forma arbitrária que lhe é tão característica, a diretora Lisa Cook, uma dos sete votantes no comitê de política monetária norte-americano, aquele que, tal como o Copom no Brasil, estabelece a taxa de juros nos EUA.

Trump alega que Cook, cuja indicação pelo então presidente Joe Biden foi referendada pelo Senado, teria cometido fraude hipotecária. Em uma publicação na Truth Social, rede social da qual é dono, o presidente anunciou a demissão "imediate" da diretora, por conduta que ele descreveu como "potencialmente criminosa".

Não há acusação nem condenação formal contra Cook.

Apesar de "demitida", a diretora, primeira mulher negra a compor o colegiado do Fed, declarou que não existe motivo legal para sua dispensa e garantiu que seguirá cumprindo suas funções até o fim de seu mandato, em 2038.

Litigâncias à parte, o que realmente importa a esta altura dos acontecimentos é a nova estratégia de Trump para forçar uma queda de juros nos EUA, embora a tendência da inflação seja de alta, como resultado sobretudo da guerra comercial deflagrada pelo republicano.

Trump bem que gostaria de demitir o presidente do Fed como fazia em seu programa de TV O Aprendiz, no qual apenas bradava "você está demitido".

Mas Jerome Powell, cujo mandato vai até maio de 2026, não pode ser demitido, razão pela qual Trump resolveu redirecionar sua artilharia contra os diretores que votam nas decisões sobre juros.

Dos sete atuais membros do comitê, dois - Christopher Waller e Michelle Bowman - são aliados do presidente.

Em julho, quando o Fed, com base nos dados econômicos, e não nas pressões de Trump, manteve a taxa de juros entre 4,25% e 4,5% ao ano, Waller e Bowman foram vozes dissonantes e votaram pela redução nas taxas. Foi a primeira vez, em mais de 30 anos, que dois membros do colegiado divergiram da maioria.

Além dos dois dissidentes, a quem Trump fez questão de elogiar publicamente, a Casa Branca agora corre para que o conselheiro econômico do presidente, Stephen Miran, seja confirmado na vaga temporária aberta no colegiado do Fed após a renúncia da diretora Adriana Kugler.

A ideia é que o nome de Miran seja aprovado pelo Senado antes da reunião do comitê de política monetária agendada para os dias 16 e 17 de setembro, de modo a garantir ao presidente pelo menos três dos sete votos do colegiado. O Congresso dos EUA só retorna do recesso de verão no dia 2 de setembro.

Não é exagero afirmar que, por tudo o que envolve, a reunião do Fed no próximo mês já seja a mais aguardada do ano, não só porque o cenário para a determinação da taxa de juros se tornou mais complexo - o mercado de trabalho vem piorando, enquanto a inflação sobe -, mas porque a necessária independência do banco central estará em jogo. Se conseguir "vencer" e impuser seus desígnios ao Fed, Trump estará na verdade contratando uma derrota não só para a economia norte-americana, como para a de todo o mundo. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Galípolo reafirma política monetária mais restritiva

I FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a convergência da inflação à meta está em curso, mas ocorre de forma lenta e, por isso, a autoridade monetária decidiu manter a taxa de juros em campo restritivo.

"A gente vem reforçando que essa taxa de juros deve permanecer por um período prolongado nesse patamar restritivo, justamente porque a gente está num cenário de ter descumprido a meta", disse. A Selic está hoje em 15% ao ano.

As declarações de Galípolo foram em evento da Fenabreve, entidade que reúne concessionárias de veículos, em São Paulo. As expectativas de mercado e as projeções do BC, segundo ele, ainda mostram que a convergência para a meta ocorre de forma lenta. "É isso que tem demandado uma política monetária mais restritiva."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>